18. A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

Heloiza Sousa da Silva; Gabriela Andrade Carvalho, Roseni da Costa Silva, Giancarlo Rodrigues Souto

RESUMO

Objetivo: O objetivo desta dissertação é retratar que a audição é o sentido por mejo do qual se percebem os sons e a deficiência auditiva por sua vez deve ser tema de discussão, pois embora seja direito da pessoa surda ter acesso a serviços de saúde de qualidade, são por muitas vezes, atendidos de maneira incorreta e desrespeitados em sua condição, ou até mesmo não conseguem ser atendidos pela incapacidade dos funcionários se comunicarem. Contudo objetivou analisar a importância do estudo de (Linguagem Brasileira de Sinais) LIBRAS para uma melhor preparação profissional de saúde para atuar junto à comunidade Surda Sinalizada, oferecendo um atendimento humanizado, específico e inclusivo. Método: A metodologia utilizada neste estudo é a pesquisa bibliografia de pesquisas e artigos científicos. Resultados: Percebe-se a deficiência de profissionais da área da saúde em relação ao conhecimento em LIBRAS e como ter esse conhecimento traria benefícios para o paciente surdo sinalizado. Conclusão: A desqualificação profissional dos Enfermeiros no que tange seu processo de formação e da comunicação efetiva realizada aos pacientes surdos, a partir da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no contexto da assistência à saúde. Portanto, os pacientes surdos que precisam cuidados necessitam de de Enfermagem, sua maioria. levar na pessoa seu consigo do convívio para 0 intérprete momento do uma que seja nο atendimento, fato esse que coloca em risco a privacidade e a excelência do serviço prestado ao paciente. Descritores: LIBRAS, DEFICIÊNCIA, ENFERMAGEM.

ABSTRACT

Objective: The objective of this dissertation is to portray that hearing is the sense through which sounds are perceived and hearing impairment in turn should be a topic of discussion, because although it is the right of the deaf person to have access to quality health services, are often treated incorrectly and disrespected in terms of their condition, or even unable to be met due to the inability of employees to communicate. However, it aimed to analyze the importance of the study of LIBRAS (Brazilian Sign Language) for a better health professional preparation to work with the Signal Deaf community, offering a humanized, specific and inclusive service. **Method:** The methodology used in this study is the bibliography of research and scientific articles. **Results:** It is noticed the deficiency of health professionals in relation to knowledge in LIBRAS and how having this knowledge would bring benefits to the signed deaf patient. **Conclusion:** The professional disqualification of nurses regarding their training process and the effective communication performed with deaf patients, based on the Brazilian Sign Language (Libras) in the context of health care. Therefore, deaf patients who need nursing care, for the most part, need to take a person with them to be the interpreter at the time of care, a fact that jeopardizes the privacy and excellence of the service provided to the patient.

Descriptors: LIBRAS, DISABILITY, NURSING.

INTRODUÇÃO

A comunicação é todo tipo de passagem ou troca de informações, é compreendida como uma das bases estruturadoras da sociedade, desde o campo da esfera privada, nas micro relações, até a esfera pública, no convívio social, cultural, político e econômico. Através da comunicação a sobrevivência da humanidade, busca os conhecimentos para expandir-se e dominar o mundo.¹

Considerando-se a comunicação como uma ferramenta imprescindível em todos os tipos de relações, que só acontece de maneira satisfatória quando a mensagem é recebida com o mesmo sentido com o qual ela foi transmitida, podendo ser feita de várias maneiras, através da linguagem verbal ou não verbal, desde que seja um processo completo e coerente.²

A deficiência auditiva se caracteriza pelas seguintes modalidades, perda parcial ou total da capacidade de ouvir e pode se manifestar em diferentes graus (leve, moderado, severo e profundo). A deficiência na estrutura dos sistemas de saúde pode contribuir para falhas que comprometem a comunicação entre profissionais e deficientes auditivos e consequentemente, a qualidade da assistência prestada.

O censo demográfico brasileiro realizado no ano de 2010 apontou um quantitativo de aproximadamente 6.000.000 de pessoas com problemas relacionados à perda auditiva. No Distrito Federal (DF), há aproximadamente mais de 100 mil habitantes com deficiência auditiva (IBGE, 2010). místico

Os serviços de saúde devem atender os seus pacientes de forma universal, integral e equânime, ou seja, sem nenhum tipo de preconceito ou discriminação, de tal maneira que tenham o acesso à informação sobre o seu estado de saúde⁴ A ampla área de saúde constitui um processo fundamental para se prestar uma assistência de qualidade, pois envolve, além dos seus aspectos intrínsecos, a escuta de forma acolhedora.⁵

Ao procurar atendimento nos serviços de saúde, uma pessoa com deficiência auditiva pode encontrar barreiras na comunicação que comprometam sua interação com o profissional de saúde, já que a falta de comunicação oral torna o surdo desintegrado da sociedade ouvinte. Ele tem dificuldade para usufruir serviços básicos, como, por exemplo, acesso a hospitais, já que os ouvintes também em uma sociedade na qual a língua oral é predominante e, portanto, as pessoas necessitam se adaptar a ela para se integrarem no meio social, a população não está preparada para acolher o indivíduo surdo.⁶ No encontro entre uma pessoa surda e o profissional de saúde parece ser permeado por dificuldades na comunicação.⁵

Essa comunicação pode ser linguagem verbal, ou mesmo pela escrita e pelo uso de gestos, e não pela Língua Brasileira de Sinais (Libras), oficial da população surda no Brasil.

Essas ferramentas não permitem uma escuta qualificada das necessidades de saúde desse usuário, nem mesmo um entendimento adequado dos cuidados de saúde ofertados pelo serviço, o que têm dificuldades em entender a língua dos sinais.^{7,8}

Por meio da comunicação estabelecida com o paciente, o profissional pode compreendê-lo como ser holístico, e perceber sua visão de mundo, isto é, seu modo de pensar, sentir e agir. Dessa forma, poderá entender as necessidades do paciente e, assim, prestar assistência adequada, minimizando seu sofrimento. Nesse processo, a comunicação ocupa espaço insubstituível e se ela não é efetiva esta assistência torna-se falha.⁸

Diante de alguns casos, acredita-se que com a presença do intérprete seria a solução viável para os problemas de comunicação entre profissional e usuário surdo; verifica-se, entretanto, que sua atuação não contribui totalmente para a inclusão do surdo. Primeiro porque sua disponibilidade e ao atendimento do usuário e, além disso, sua presença pode dificultar a relação profissional de saúde-paciente.⁹

Nesse sentido, a comunicação com deficientes auditivos é um grande obstáculo para os profissionais da área de saúde, porque prejudica o vínculo com esses pacientes e o atendimento que deve ser dispensado a eles. Reconhecer a deficiência na comunicação, em situação de cuidado voltado para a saúde, leva os profissionais a refletirem sobre essas questões e a melhorarem os serviços. Assim, a comunicação se coloca como um instrumento básico e fundamental da assistência da equipe de enfermagem, principalmente quando se refere a essa população, cuja comunicação tem um segmento mais complexo, visto que muitas vezes surgem barreiras que acabam prejudicando a assistência prestada.⁸

MÉTODO

A metodologia utilizada neste estudo é a pesquisa bibliografia. A partir de pesquisas e das publicações de artigos científicos. Para a seleção, foram utilizadas as palavras-chave: patologia, libras, deficiência, enfermagem, inclusão. Foram selecionados inicialmente de 20 artigos, 1 livro, foram inclusas todas as literaturas relevantes e não houve nenhum critério de exclusão.

Foram feitos levantamentos bibliográficos eletrônicos junto à base de dados informatizados nacionais e internacionais BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), LILACS (Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde) e SCIELO (Scientific Eletronic Library Online), adquirindo desta forma artigos de periódicos científicos, documentos oficiais e legislação correlata, se constituindo enquanto fontes secundárias. O recorte histórico eleito se constitui do período compreendido entre os anos de 2000 à 2022, constituindo desta forma vinte e dois (22) anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002, visa garantir o direito das comunidades surdas no Brasil. Em seu artigo1º, reconhece LIBRAS- Língua Brasileira de Letras como a forma de comunicação e expressão legalizada, em seu artigo 3º, estabelece que, as instituições 14 públicas e empresas concessionárias de serviços de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequados aos portadores de deficiência auditiva (BRASIL, 2002).³ A linguagem natural usada pela comunidade surda, é visual-espacial, articulada através das mãos, corpo e expressões faciais.¹º

Nos serviços de saúde, a maioria dos profissionais também não conhece a língua de sinais e não há intérpretes suficientes disponíveis. ¹¹ O ambiente no qual se presta assistência à saúde geralmente comporta diversificados grupos humanos que apresentam variados perfis, estados de saúde e sentimentos. ¹²

Nos dias de hoje, as diferenças são muitas vezes desconsideradas e, dessa forma, sendo a língua oral imperativa entre as pessoas no geral, é tendencioso comportar-se como se todos os indivíduos, independentemente de suas possibilidades ou limitações, fossem obrigados a adaptar-se a esse meio de comunicação. De tal maneira, a língua de sinais é comumente considerada uma linguagem inferior, sendo interpretada pelos profissionais apenas como gestos simbólicos.⁶ Considerando a linguagem como instrumento de poder; assim, não se pode negar às pessoas o direito de usufruir dos benefícios de uma língua. Na sociedade moderna deve compreender a diversidade humana, aceitando a diferença linguística do surdo.⁷

Há possíveis formas que contribuem para melhorias na comunicação ao público surdo, onde a maioria dos profissionais na ausência de acompanhante interlocutor ou profissional intérprete, fazem uso da escrita, porém, deve-se ter informações do nível de conhecimento do surdo a respeito de sua alfabetização, para que este método tenha sucesso.¹³

Profissionais das amplas áreas de saúde precisam reconhecer a língua de sinais como forma de os surdos interagirem com o mundo, e cabe a eles não apenas dominar patologias, mas reduzir a barreira que os separa pela falta de comunicação adequada.⁷ Apesar de sua importância, conteúdos de comunicação nem sempre são abordados nos processos de formação em enfermagem nos seus diversos níveis, ou são parcos em disciplinas mais abrangentes.

Para a enfermagem, em especial, que lida constantemente em seu cotidiano profissional com os clientes, isso se traduz em assistência precária, já que o profissional não terá condições adequadas de reconhecer mensagens não-verbais e/ou implícitas nas falas

dos clientes, o que muitas vezes pode ser o mais revelador a respeito de suas condições de saúde.¹²

Observa-se a importância das escolas de formação de profissionais tornarem possível a obrigatoriedade da disciplina de Libras, a fim de fornecer conhecimentos necessários a respeito do idioma aos estudantes de enfermagem e assim desperte o interesse em aprender.

A disciplina de Libras mesmo quando ofertada de forma obrigatória ou optativa na Graduação em Enfermagem, apresentam pouca carga horária.⁴

Contudo o ensino de Libras deve ser inserido como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Libras é contida em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional.¹⁴

Entre todas as recomendações não citarem diretamente a Libras, diz que o projeto pedagógico deve formar um profissional dotado dos conhecimentos requeridos para o exercício das competências e habilidades gerais, dentre elas a comunicação. Além disso, as recomendações objetivam garantir uma formação que atenda às necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando a integralidade e humanização da assistência, tendo em vista que o processo comunicacional é "um dos desafios enfrentados na humanização em saúde" 15,16,17

A etiologia da Língua Brasileira de Sinais (Libras) sugere que os profissionais de saúde devam não só aprender a língua de sinais, como também serem continuamente atualizados e acompanhados quanto ao desempenho na troca de informações com o surdo através da Libras. As instituições acadêmicas devem oportunizar aos futuros profissionais o aprendizado da língua de sinais, atendendo às necessidades da pessoa surda, por meio de uma formação para os profissionais que contemple a cultura dos surdos, noções básicas de língua de sinais e como se posicionar frente ao atendimento da pessoa surda.⁷

O deficiente auditivo necessita de cuidado especial, para a inclusão social, no sentido de dar a eles o necessário para que fiquem em condições igualitárias com qualquer pessoa e não sejam prejudicados em nenhum momento, e isso se dá através do uso de recursos necessários para acabar com as barreiras no processo de atendimento e acesso à saúde respeitando todos os seus direitos, através da cidadania.⁴

CONCLUSÃO

A comunicação é a ação de transmitir uma mensagem e, eventualmente, receber outra mensagem como resposta, logo sendo essencial no ambiente da saúde. A Língua Brasileira de Sinais é a língua de sinais (língua gestual) usada pela maioria dos surdos brasileiros é reconhecida pela Lei como segunda língua oficial do nosso país.⁹

Algumas estratégias de comunicação são utilizadas pelos profissionais de saúde durante a assistência à sua saúde, como o uso da escrita, da leitura labial, e especialmente a presença do acompanhante familiar do surdo. Todavia, essas estratégias foram apontadas como ineficientes para uma comunicação efetiva e para promover a participação plena dos sujeitos na sociedade.

O domínio da comunicação não-verbal instrumentaliza o profissional para uma assistência de melhor qualidade, à medida que interpreta com maior amplitude as mensagens emitidas por seus clientes, elevando sua capacidade de satisfazer as necessidades por eles apresentadas.¹²

Apesar disso, esses profissionais em sua maioria não dominam a Língua Brasileira de Sinais, o que acarreta um atendimento prestado de forma desumanizada, onde o paciente surdo tem que estar acompanhado de uma pessoa de seu convívio que possa intermediar a comunicação durante a assistência, podendo o paciente nem sempre expressar suas reais necessidade por vergonha de contar a seu acompanhante o que está se passando.⁴

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1. GOMES, R.A.L. A comunicação como direito humano: um conceito em construção. 2007. 206 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- 2. SCHELLES, S. A importância da linguagem não-verbal nas relações de liderança nas organizações. Revista Esfera, Brasília, n. 1, p. 1-8, 2008.
- 3. SILVA, M.A.M.D. Conhecimento de graduandos em enfermagem sobre a língua brasileira de sinais (LIBRAS).Brasília, 2015.
- 4. Souza, C.H.L e et al. A Importância da Disciplina de Libras Durante a Graduação em Enfermagem para uma Prestação Humanizada da Assistência. 2022.
- 5. OLIVEIRA, A. et al. A comunicação no contexto do acolhimento em uma unidade de saúde da família de São Carlos, SP. Interface Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v.12, n.27, p. 749-762, 2008.
- 6. DIZEU, L.C.T.B.; CAPORALI, S.A. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 583-597, maio-ago. 2005.
- 7. CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A.; PORTO, C. C. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 578-583, 2008.
- 8. SILVA, N.G.P.S et al. Comunicação eficaz através da língua brasileira de sinais do profissional de enfermagem com os deficientes auditivos. Valparaíso, 2018.
- 9. SOUZA, M. T.; PORROZZI, R. Ensino de Libras para os Profissionais de Saúde: Uma Necessidade Premente. Revista Práxis. Volta Redonda, v. 1, n. 2, p. 43-46, 2009.
- 10. QUADROS, R. M. de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2004.
- 11. SANTOS, E. M.; SHIRATORI, K. As necessidades de saúde no mundo do silêncio: um diálogo com os surdos. Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia, v. 06, n. 01, p.68-76, 2004.
- 12. Barbosa, M.A. et al Língua Brasileira de Sinais: Um desafio para a assistência de enfermagem.Rio de janeiro, 2003.
- 13. Carvalho Filha FSS, Silva SR, Lando GA. Cuidado ao surdo: conexões com o Direito à Saúde. Portuguese ReOnFacema. 2015; 1(1): 31-38.
- 14. BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Ministério da Justiça, 2005.
- 15. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 3, de 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia. Brasília: Ministério da Educação, 2002a.
- 16. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 4, de 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia. Brasília: Ministério da Educação, 2002b.
- 17. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Brasília: Ministério da Educação, 2001.